



**- Observatório de Política Externa Brasileira -  
Nº 34  
26/11/04 - 02/12/04**

**Apresentação:**

O Observatório de Política Externa Brasileira é um projeto de informação semanal da Graduação em Relações Internacionais, e um dos trabalhos executados pelo Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES), do Centro De Estudos Latino-americanos (CELA) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, (UNESP), *campus* de Franca.

Trata-se de uma resenha a respeito das notícias que têm por tema central a política externa brasileira e que foram veiculadas nos periódicos: *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*.

**Confirmado o acordo para as inspeções nucleares no Brasil**

O diretor-geral da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), Mohamed El Baradei, admitiu que as negociações com o Brasil para a inspeção na usina nuclear de Resende (RJ) chegaram a um “acordo de princípios”. El Baradei estava irritado com alguns assessores da Agência por terem desmentido publicamente o anúncio do governo brasileiro de que se havia concluído um acordo para as inspeções. Apesar de El Baradei não ter revelado os detalhes do acordo, tudo indica que a agência aceitou a proposta brasileira que não permite acesso visual pleno das centrífugas, visando proteger a tecnologia desenvolvida inteiramente no país. Os inspetores, através da análise das tubulações ligadas à máquina, poderão se certificar do que entra e do que sai de urânio no equipamento. A formalização do acordo, no entanto, deve ocorrer nas próximas semanas, e antes de iniciar o abastecimento dos reatores nuclear de Angra 1 e Angra 2, o que deve acontecer dentro de oito meses, ocorrerá uma nova reunião com a AIEA, afirmou o Itamaraty. O governo de Washington, apesar de qualificar na imprensa o Brasil como uma ameaça à não-proliferação de armas nucleares, apenas estaria se preocupando com a possibilidade do acordo entre o Brasil e a AIEA abrir precedentes para que outros países invocassem para pedir uma aplicação menos rigorosa das salvaguardas, segundo teria afirmado funcionário da Casa Branca. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 26/11/2004; O Globo – O País – 26/11/2004).

**Mercosul e Marrocos negociam zona de livre comércio**



Mercosul e Marrocos iniciaram a criação de uma zona de livre comércio durante a visita do rei do Marrocos, Mohammed VI, ao Brasil. Para o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan, isto pode significar a entrada de produtos brasileiros na região e até na Europa, além de poder atrair investimentos árabes para o Brasil. Antes de chegar a uma zona de livre comércio, será negociado um acordo de preferências tarifárias, que se concretizará em meados de 2005, com condições privilegiadas para apenas uma parte do comércio bilateral. Em discurso junto ao monarca, Lula afirmou que os laços que unem Brasil e Marrocos vão além das relações comerciais. O presidente ainda defendeu a ampliação dos membros permanentes do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) para que este tenha representantes da Ásia, África e América Latina, e disse ainda que "vê, com bons olhos, a possibilidade de um país africano e um país árabe fazerem parte do Conselho como membros permanentes". Os dois países também pretendem firmar cooperação no manejo de recursos hídricos e na agricultura, pois a tecnologia da Embrapa no cultivo do semi-árido poderá ser útil ao Marrocos. Foram assinados também acordos de turismo e de treinamento de diplomatas. (Folha de S. Paulo – Brasil – 26/11/04; O Estado de S. Paulo – Economia – 26/11/04; O Estado de S. Paulo – Economia – 27/11/04; O Globo – Economia – 27/11/04).

### **Países querem integrar ações contra a pirataria**

Os ministros da Justiça e do Interior dos membros do Mercosul, da Bolívia, do Chile e do Peru firmaram um acordo operativo para integrar e padronizar as ações de combate à pirataria e ao contrabando nos sete países. Está previsto, no acordo, a fiscalização conjunta nos postos de aduana e a troca de informações sobre criminosos, para formar um banco de dados que inclua também registros de prisões, apreensões, inquéritos e processos, fábricas e distribuidores ilegais de produtos pirateados. (O Globo – Economia – 26/11/2004).

### **Presidente do Paquistão visitou o Brasil**

O presidente Pervez Musharraf realizou a primeira visita de um chefe de Estado paquistanês ao Brasil com o intuito de negociar acordos bilaterais nas áreas de petróleo, etanol, algodão, couro e de segurança alimentar. Durante a visita foram assinados quatro documentos: um trata da cooperação no combate ao narcotráfico, outro da cooperação na área de combate à fome, um terceiro cria um mecanismo para que os dois países se consultem sobre temas que sejam de interesse mútuo e um quarto garante que diplomatas brasileiros não precisem de visto para entrar no Paquistão e vice-versa. Tratou-se, ainda, da coordenação de políticas no âmbito do Grupo dos 20 (G-20) e da possibilidade de ampliação do intercâmbio comercial. A vinda do presidente paquistanês à América do Sul tem a intenção de dar visibilidade ao país, que busca retomar a normalidade após mais de meio século de conflitos territoriais com a vizinha Índia - com quem o Mercosul

está prestes a assinar um acordo comercial. O Paquistão não apóia o Brasil na campanha por um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, pois é a favor da ampliação do número de cadeiras rotatórias ao invés do número de membros permanentes. (O Estado de S. Paulo – Economia – 27/11/04; O Estado de S. Paulo – Economia – 27/11/04; O Estado de S. Paulo – Economia – 30/11/04; O Estado de S. Paulo – Internacional – 01/12/04; O Globo – Economia – 30/11/04).

### **OMC avaliou a política comercial do Brasil**

A Organização Mundial do Comércio (OMC) realizou nesta semana a avaliação da política comercial do Brasil, que ocorre a cada quatro anos. A organização admitiu que a economia brasileira passa por um processo "positivo" de abertura, mas apontou para a existência de barreiras contra bens industriais, no setor de serviços e telecomunicações, além de outras "distorções". A OMC assinalou, ainda, que o baixo montante de investimentos no país deve-se ao fraco crescimento econômico e às leis nacionais e sinalizou a imensa dívida externa como um empecilho aos objetivos econômicos do país. O diretor da revisão da política comercial da OMC, Clemens Boonekamp, apontou a necessidade de uma estabilidade macroeconômica para a obtenção de benefícios com a liberalização econômica. Segundo ele, o Brasil, ainda é frágil nessa área, e a consolidação da situação macroeconômica deve se dar mais pela demanda interna que pelas exportações. A revisão incluiu uma sabatina ao país no dia 29 de novembro, na qual foram solicitados esclarecimentos sobre mais de 300 queixas de seus parceiros comerciais. Quase todos os países pediram a redução das diferenças entre as tarifas consolidadas e as aplicadas no país. Os países ricos, por sua vez, questionaram as taxas cobradas nos portos brasileiros, o Proálcool (apoio financeiro à produção de álcool e açúcar pelo governo brasileiro) e o atraso de cinco anos na notificação do país à OMC de programas de apoio à agricultura. O governo brasileiro, na ocasião, mostrou que tem o comércio como parte de sua estratégia para modernizar a economia e reduzir os problemas sociais internos. Concluída a sabatina, o governo afirmou estar se preparando para a realização de uma nova liberalização da economia, mas está condicionada ao grau de benefícios que terá com a ampliação do acesso aos mercados dos países ricos para seus produtos agrícolas. (O Estado de S. Paulo – Economia – 26/11/04; O Estado de S. Paulo – Economia – 27/11/04; O Estado de S. Paulo – Economia – 29/11/04; O Estado de S. Paulo – Economia – 30/11/04; O Estado de S. Paulo – Economia – 01/12/04; O Estado de S. Paulo – Economia – 02/12/04; O Globo – Economia – 30/11/04).

### **Brasil alegou perdas comerciais com entrada de países na UE**

Apesar das queixas da União Européia (UE) em relação ao Proálcool na Organização Mundial do Comércio (OMC), os europeus aceitaram negociar a

reparação de perdas comerciais causada pela entrada de 10 países do Leste Europeu no bloco. Para o governo brasileiro, o aumento das tarifas praticadas por países como Hungria ou Polônia com a adesão desses governos à UE afetaram as exportações do Brasil. O governo brasileiro preparou uma lista de 160 produtos que foram prejudicados com as elevações dessas tarifas. Uma primeira reunião com os europeus deverá ocorrer em dezembro para tratar do problema. (O Estado de S. Paulo – Economia – 26/11/04).

### **OMC autorizou retaliações contra os EUA**

A Organização Mundial do Comércio (OMC) autorizou retaliações contra os Estados Unidos, em favor do Brasil e outros países. O pedido de retaliação desses países surgiu depois de Washington ter ignorado a decisão da OMC que classificou a Emenda Byrd - que permite que impostos vindos de medidas *antidumping* sejam repassados para empresas americanas como prática desleal de comércio. O governo brasileiro espera que a implementação das retaliações não seja necessária e que os americanos retirem a lei. A idéia é usar a autorização como pressão. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 26/11/04; O Estado de S. Paulo – Economia – 26/11/04; O Estado de S. Paulo – Economia – 27/11/04; O Globo – Economia – 27/11/04).

### **Avançam limitações nas exportações brasileiras ao mercado argentino**

Na semana passada, representantes dos governos brasileiro e argentino avançaram nas negociações para limitar a entrada de produtos brasileiros no mercado argentino. Após a instituição de cotas para a entrada de geladeiras e fogões, em julho, e da suspensão do licenciamento automático das lavadoras e da sobretaxa aos televisores brasileiros, em setembro, negociou-se o estabelecimento de cotas para produtos como baterias para automóveis, veludos e carne suína, fabricados no Brasil. Nesta semana, empresários de ambos os países negociaram as restrições às importações de máquinas de lavar e dos televisores. O governo argentino iniciou a aplicação de restrições comerciais em julho, a partir da percepção de que o aumento de importação de produtos brasileiros impedia o crescimento da indústria nacional. Frente ao caso, a Argentina propôs a adoção, pelo Mercosul, de cotas às importações de determinados países caso registrassem-se oscilações significativas nas condições macroeconômicas, alterando os fluxos comerciais entre os países do bloco. Na outra ponta da questão, a principal federação de comércio argentina (Fedecámaras) anunciou sua intenção de lançar um boicote de duas semanas a produtos fabricados no Brasil e na China, com a finalidade de retirá-los do mercado. A federação quer a suspensão das importações de calçados, têxteis e móveis fabricados no Brasil. Quanto às negociações sobre as máquinas de lavar, o governo brasileiro aceitou a auto-limitação de suas vendas e uma cota que representa 35% do mercado argentino, quando já possuiu 49%. (Folha de S.



Paulo – Dinheiro – 30/11/04; O Estado de S. Paulo – Economia – 29/11/04; O Estado de S. Paulo – Economia – 30/11/04; O Estado de S. Paulo – 02/12/04; O Globo – Economia – 29/11/04; O Globo – Economia – 30/11/04; O Globo – Economia – 02/12/04).

### **Governo negociou plano-piloto com FMI**

Nesta semana, o governo brasileiro conseguiu a aprovação do Fundo Monetário Internacional (FMI) de um plano-piloto de investimentos em infra-estrutura que visa a exclusão de parte dos gastos em infra-estrutura do cálculo do superávit primário (principal meta do acordo com o FMI e pilar de ajuste fiscal do governo). Apesar de não visar a renovação do acordo com o Fundo, o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, ressaltou que o aval da instituição para a mudança no cálculo do superávit prestar-se-ia à manutenção da credibilidade internacional do país. Quanto à não renovação do acordo, o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, ressaltou que, apesar de a decisão não estar tomada, os bons fundamentos econômicos, o crescimento e a diminuição da vulnerabilidade externa contribuem para este caminho. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 29/11/04; O Estado de S. Paulo – Economia – 30/11/04; O Globo – Economia – 30/11/04; O Globo – Economia – 02/12/04).

### **Brasil espera parecer russo sobre carne**

O secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Maçao Tadano, reuniu-se com os técnicos russos encarregados de elaborar o relatório sobre a situação sanitária do rebanho brasileiro no último dia 26 de novembro, em Belém. Segundo Tadano, o roteiro da viagem dos técnicos foi extenso e eles declararam-se satisfeitos com as informações obtidas. As negociações em torno das cotas de importação de carne brasileira pela Rússia ainda continuam. Na terceira semana de dezembro haverá uma reunião em Genebra e o Brasil utilizará como poder de barganha a formalização de seu apoio ao ingresso da Rússia na Organização Mundial do Comércio (OMC) para conseguir a liberalização. (O Estado de S. Paulo – Economia – 30/11/04).

### **Renovado por mais seis meses o mandato da missão no Haiti**

O Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) renovou, no dia 29 de novembro, o mandato da Missão para a Estabilização do Haiti (Minustah) por mais seis meses, ao invés de dezoito, contrariando as recomendações de seu secretário-geral, Kofi Annan, do Brasil, do Chile e da Espanha – países que contribuem com tropas. A Minustah, dirigida pelo Exército brasileiro, manterá sua atual forma até 1º de junho de 2005. (Folha de S. Paulo –

Brasil – 01/12/04; Folha de S. Paulo – Mundo – 30/11/04; o Globo – Mundo – 01/12/04).

### **Tabela de Equivalências no ensino é aprovado pelo Mercosul**

Durante a 27<sup>a</sup>. Reunião de Ministros do Mercosul, realizada no mês de novembro, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, foi aprovada pelos ministros da Educação a nova Tabela de Equivalência de Reconhecimento de Títulos, Estudos e Diplomas. Pela tabela, estudantes do ensino fundamental e médio do Mercosul, exceto dos cursos da área técnica, que precisarem se deslocar de um país para o outro durante a formação básica, poderão realizá-la sem perda de ano escolar. O Brasil informou ainda, aos membros do bloco e seus associados, Bolívia e Chile, a ampliação do ensino fundamental de oito para nove anos, com o ingresso de alunos a partir dos seis anos de idade. A decisão ministerial visa a mobilidade de estudantes em todos os países, mas preocupa-se especialmente com os municípios de fronteira, onde a demanda é maior. (Folha de S. Paulo – Educação – 30/11/04).

### **Amorim fala sobre pactos com China e Rússia**

Segundo o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, nem todos os empresários criticaram os acordos comerciais negociados com a China e com a Rússia. Segundo ele, as negociações receberam elogios no setor agrícola e industrial. Amorim ainda considerou superficiais as avaliações sobre os entendimentos com a Rússia, já que o relacionamento entre os dois países não se restringe ao comércio de carnes. (O Estado de S. Paulo – Economia – 01/12/04).

### **Lula admite dificuldades na integração Mercosul**

Ao receber os presidentes das cortes supremas dos países do Mercosul, no dia 30 de novembro, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva admitiu a existência de dificuldades para colocar em prática a integração regional do continente. No encontro Lula recebeu a Carta de Brasília, criando um foro permanente de presidentes das cortes supremas do Mercosul e dos países convidados. Agora, os juízes passam a discutir a unificação de legislação, embrião de um futuro tribunal supranacional. (O Estado de S. Paulo – Economia – 01/12/04).

### **Países propõem reforma do Conselho de Segurança**

Na última quinta-feira, dia 02 de dezembro, foram enviados diversos relatórios dos países-membro contendo propostas para a reforma da Organização das Nações Unidas (ONU). Sobre a reforma do Conselho de Segurança, somente o G4 e



outros três países da África, que disputam duas vagas do continente, se candidataram. O tema sobre a reformulação deste conselho é bastante polêmico, principalmente no que tange à concessão do direito a veto aos novos membros permanentes. O Brasil defende que o veto seja incorporado aos novos membros paulatinamente, mas o resultado da análise da comissão responsável por esta questão definiu dois modelos básicos. No primeiro, haveria seis novas vagas permanentes, e no segundo, oito vagas de assentos semipermanentes rotativas a cada quatro anos, ambos sem o poder de veto. O resultado das conclusões da comissão não é definitivo. Desde 1992, quando se discutiu a possibilidade da entrada de Japão e Alemanha como membros permanentes, o Brasil declarou-se candidato a uma vaga permanente quando da ampliação do Conselho. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 02/12/04; O Globo – Mundo – 02/12/04).